

economia

Modernização das regras sobre energia nuclear avança no Brasil

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A recente aprovação na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4836/24 e a publicação da Resolução Nº 12, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), que tratam, entre outros fatores, da escolha dos locais de instalação de usinas nucleares no País, já foram avanços comemorados por agentes do setor. O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, acrescenta que a ideia é também sugerir aos candidatos à Presidência da República a proposta de uma estruturação mais atual e robusta de um marco legal da geração de energia nuclear.

Jornal do Comércio - Quais são os próximos passos do Projeto de Lei 4836/24, após passar pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados?

Celso Cunha - Ainda tem que passar pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O setor nuclear tem muitas legislações e o marco legal dele é ultrapassado e pulverizado. A maior parte dele data de antes da Constituição (1988). Então, isso já não conversa com a realidade atual, nem da tecnologia ou da realidade brasileira.

JC - Quais seriam as dificuldades das regras atuais?

Cunha - Entre os problemas que existem neste marco legal (de hoje), um deles é o fato de que toda e qualquer usina nuclear tem que ser aprovada no Congres-

so Nacional. Porque antigamente não existiam as agências, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, não havia os órgãos reguladores. O ideal é que o próprio governo defina um planejamento, que passe pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A tecnologia nuclear é estratégica, então ela tem que ter um rito de regulação estratégico.

JC - O setor apresentará pleitos aos candidatos à presidência da República? Quais seriam?

Cunha - Sim, temos propostas. Estamos trabalhando em três eixos que queremos entregar aos candidatos. O primeiro é que eles respondam a uma pergunta: qual é o papel da energia nuclear na matriz elétrica brasileira? O segundo grande tópico é um programa nuclear brasileiro, na ótica da

indústria. E, por último, a questão do marco legal. Estamos construindo uma proposta, focada na geração de energia, de uma nova lei geral para o setor nuclear, que se faz necessária para modernizar essa área.

JC - Qual a evolução do mecanismo da Licença Prévia de Local (LPL), prevista na Resolução Nº 12, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear?

Cunha - Antes, tinha que, praticamente, se aprovar um pacote inteiro do projeto (da usina nuclear). Agora não, agora se aprova os sítios, os locais, para ver se têm condições de receber um reator nuclear e depois se aprova a tecnologia que será colocada ali. Para o mercado é muito importante, porque o investidor não fica esperando até o final para saber se o projeto dele vai andar ou não. Ele já tem uma pri-



Cunha apresentará sugestões aos candidatos ao Palácio do Planalto

meira licença dizendo que o local pode receber uma usina nuclear. Aí, na segunda fase, ele aprova a tecnologia e o restante. Isso, para o investidor, traz garantias, traz segurança regulatória.

JORNAL DO COMÉRCIO

MARCAS DE QUEM DECIDE

MAIS LEMBRADA E PREFERIDA

2026

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

LAMACHIA

ADVOGADOS

MARCA LÍDER | OAB/RS nº190 | 130 ANOS DE TRADIÇÃO

- PRIMEIRO LUGAR NA LEMBRANÇA •
- PRIMEIRO LUGAR NA PREFERÊNCIA •

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, amigos e à sociedade gaúcha.

@lamachia_advogados

/company/lamachia-advogados-associados

lamachia.adv.br